

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras prevê IPO da Gaspetro no segundo semestre de 2020.....	2
Título: Estatal tem desafios para venda das térmicas.....	4
Título: TAG calcula tamanho da capacidade ociosa de seus gasodutos	5
Título: ES se articula com Minas para investir em logística	6
Título: Como reduzir o desmatamento da Amazônia	9
Título: Espanha vê ‘falácia’ em discurso ambiental	11
Título: Países buscam destravar na CoP negociação sobre mercado de carbono	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: Estrangeiros injetam R\$ 161 bi em aquisições no País	16
Título: » Energia limpa.	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	19
Título: No pior dos mundos.....	19
VEÍCULO: O Globo.....	20
Título: Petrobras estuda criar termelétrica e fábrica no Comperj.....	20
Título: Desafeição pela cultura.....	21

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/12/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Petrobras prevê IPO da Gaspetro no segundo semestre de 2020**

A Petrobras pretende vender sua participação no negócio de distribuição de gás natural no Brasil no segundo semestre de 2020. Segundo o presidente da empresa, Roberto Castello Branco, o objetivo é realizar a venda por meio de um IPO (sigla em inglês para oferta pública inicial de ações) da Gaspetro, subsidiária da estatal que detém participações em 19 distribuidoras de gás natural do país.

A Petrobras detém 51% da Gaspetro, em parceria com a japonesa Mitsui. Pela operação, via mercado de capitais, a estatal pretende se desfazer de toda a sua fatia na empresa. “Nossa expectativa é que seja possível realizar essa transação no segundo semestre do próximo ano”, afirmou ontem o executivo, em café da manhã com jornalistas, no Rio. “Vamos definitivamente sair do negócio de distribuição de gás natural”, completou ele.

Castello Branco contou que, inicialmente, a Mitsui foi “muito resistente” à ideia da Petrobras de vender sua participação no mercado de capitais. Mas, segundo ele, a japonesa “acabou cedendo”.

De acordo com o executivo, algumas distribuidoras da Gaspetro que são pré-operacionais poderão ser separadas para serem negociadas em outro momento. Isso porque essas empresas não têm valor significativo hoje.

Em 2018, a Gaspetro registrou receita líquida de R\$ 417,7 milhões e lucro de R\$ 271,5 milhões

Ainda com relação a desinvestimentos, o executivo voltou a defender a venda da participação da estatal na Braskem até o fim do próximo ano. A estratégia havia sido comentada na última semana, em reuniões com investidores em Nova York e Londres.

Segundo ele, a Petrobras já iniciou as tratativas com a Odebrecht nesse sentido. A estatal possui 36,1% do capital votante e 47% do capital total da petroquímica, enquanto o grupo construtor possui 38,3% do capital votante e 50,1% do capital total.

O plano da Petrobras é converter todas as ações da Braskem em ações ordinárias e encerrar o acordo de acionistas com a Odebrecht. Dessa forma, a petroleira poderá fazer uma chamada de capital (follow on) para vender sua participação na empresa.

Questionado por jornalistas sobre a eventual dificuldade que a Odebrecht poderá criar na negociação com a Petrobras, Castello Branco disse saber que não será fácil negociar com a empresa. “Mas nós também não somos fáceis. Foi-se o tempo em que eles [Odebrecht] mandavam na Petrobras”, completou o executivo.

Com relação às refinarias, Castello Branco confirmou informação antecipada pelo **Valor** de que a Petrobras espera receber em 6 de março as ofertas vinculantes para o primeiro pacote de refinarias, que incluem a Rlam (BA), Repar (PR), Refap (RS) e Rnest (PE). Segundo ele, na etapa de ofertas não vinculantes, a estatal recebeu cerca de cinco propostas por refinaria.

O executivo destacou ainda que, na última semana, foram recebidas ofertas não vinculantes para a venda da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Minas Gerais. Ele disse acreditar que a empresa receberá na próxima semana as ofertas não vinculantes para as últimas três refinarias à venda: Lubnor (CE), Reman (AM) e SIX (PR).

Com relação ao Comperj, em Itaboraí, região metropolitana do Rio de Janeiro, Castello Branco disse que foram encerrados os estudos em parceria com a chinesa CNPC sobre a possibilidade de construção de uma refinaria no local. Ele reafirmou que está prevista a construção de uma unidade de produção de lubrificantes, que funcionará como uma “operação remota da Reduc”, em referência à refinaria de Duque de Caxias, que será conectada ao Comperj por meio de dutos.

A construção da unidade de lubrificantes está incluído no plano de negócios 2020-2024, anunciado no fim de novembro, e faz parte do orçamento de US\$ 6,1 bilhões destinado ao segmento de refino. O investimento total previsto no plano é de US\$ 75,7 bilhões para o período.

Castello Branco também comentou sobre a possibilidade de construção de usinas termelétricas na região do Comperj. Esse projeto faz parte de um memorando de entendimentos firmado com a norueguesa Equinor, mas não está incluído no plano.

O diretor de Exploração e Produção (E&P), Carlos Alberto Pereira de Oliveira, disse que a estatal deve fechar 2019 com produção acima de 2,7 milhões de barris de óleo equivalente (BOE) por dia. Para 2020, a meta será mantida em 2,7 milhões de BOE/dia, com variação de 2,5% para mais ou para menos. Segundo ele, apesar da entrada em operação de novas plataformas, a meta é a mesma devido às paradas programadas principalmente no primeiro semestre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Maria Luíza Filgueiras — Do Rio e de São Paulo

Título: Estatal tem desafios para venda das térmicas

Para assessores financeiros, desinvestimento só engrena depois de leilão de abril

A Petrobras planeja engatar o desinvestimento de suas usinas termelétricas no início do ano que vem, mas terá que driblar alguns desafios para criar um modelo de negócio atrativo a terceiros, apurou o **Valor**. As pendências incluem renovação de concessões de térmicas no leilão de energia previsto para abril, a definição de preço da energia vendida em contratos de longo prazo e ainda a definição do preço de gás em contratos com a própria Petrobras.

“Essas questões são fundamentais para definição de valor desses ativos e para atração de investidores”, pondera um executivo de banco de investimentos. A estatal tem 27 térmicas.

Segundo o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, a ideia da Petrobras é constituir uma empresa de geração de energia elétrica, que será dona das termelétricas. Em seguida, esta empresa seria vendida parcial ou integralmente. O executivo ressaltou que o projeto está em fase preliminar. Tem que haver uma empresa de geração de energia elétrica. A principal ideia é essa”, afirmou o executivo, em café da manhã com jornalistas no Rio. “Isso ainda é um projeto. Estamos começando a trabalhar”.

Ontem, Castello Branco confirmou informação antecipada pelo **Valor** de que a estatal contratou o banco o Goldman Sachs para auxiliar no processo de venda das térmicas. “Eles vão formatar [o projeto] junto conosco”, disse.

Uma fonte do mercado de energia resalta a relevância do resultado dos leilões de energia de abril (A-4 e A-5), voltado para térmicas existentes, para esse processo de venda de ativos da estatal. O motivo é que algumas térmicas da Petrobras podem sair vencedoras do leilão, assegurando um contrato de

fornecimento de energia de longo prazo, o que altera completamente o valor desses ativos.

“A venda vai levar em conta o PPA [contrato de compra e venda de energia de longo prazo] destes leilões”, diz o especialista. “Ela precisa renovar as concessões para vender. Algumas têm contrato com vencimento de curto prazo de fornecimento de energia e nenhuma delas tem um contrato firmado com a Petrobras de fornecimento de gás. Por isso, esse processo vai engrenar após abril”, complementa um banqueiro.

Para o especialista em energia, as usinas deverão arrematar um terço da demanda a ser disponibilizada nos leilões de abril. “Não tem como competir com ela”, disse, considerando o custo mais competitivo que a estatal conseguirá colocar no certame. Com relação ao processo de venda das térmicas, ele acredita que o processo deverá levar de 10 a 12 meses.

Fonte próxima ao assunto consultada pelo **Valor** acredita que, no modelo atual, a Petrobras teria que firmar fornecimento a preço subsidiado de gás - o que pode não ser viável para o processo de desinvestimento. Conforme dois bancos, a estatal sinalizou que pode seguir o caminho de venda de ativos e participação direta ou de uma listagem em bolsa. “São muitos ativos, o que somará um valor relevante, e não há tantos”, diz uma fonte.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/12/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: TAG calcula tamanho da capacidade ociosa de seus gasodutos

Mas a empresa ainda não tem uma previsão de quando ofertará ao mercado essa capacidade

A Transportadora Associada de Gás (TAG) vê “boas perspectivas de crescimento” no processo de abertura da indústria de gás natural no Brasil, mas, por ora, ainda não tem uma previsão de quando ofertará ao mercado a capacidade ociosa de seus gasodutos, disse o diretor de operações da empresa, Emmanuel Delfosse. Adquirida neste ano pela Engie e pelo fundo canadense CDPQ, por US\$ 8,5 bilhões, a TAG tem contrato apenas com a Petrobras e terá pela frente uma oportunidade de diversificar sua base de clientes, a depender de como se desenhe a abertura do mercado. Ainda ontem, a petroleira estatal abriu, oficialmente, o processo de venda de sua fatia remanescente de 10% na transportadora.

Delfosse destaca que a abertura do mercado “leva tempo” para se consolidar e que a prioridade da TAG, neste momento, está voltado para criação da cultura da companhia, enquanto empresa privada e com corpo técnico próprio - a transportadora era subsidiária da Petrobras. A TAG está concentrada, ainda, na melhoria da integridade de suas instalações e tem planos de investir R\$ 1 bilhão em cinco anos na manutenção de seus dutos.

A Petrobras já informou o quanto deseja injetar e retirar da malha da TAG. A estatal se comprometeu junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a abrir mão da exclusividade do uso dos dutos existentes, liberando espaço para que as demais empresas contratem a capacidade ociosa. Em outubro, a diretora de refino e gás da petroleira, Anelise Lara, disse que a Petrobras abrirá cerca da metade da capacidade dos gasodutos da malha brasileira para terceiros. Segundo Delfosse, o corpo técnico da TAG ainda avalia os números. Só depois disso será possível programar uma agenda para a chamada pública para contratação de capacidade dos gasodutos da empresa, no Norte e Nordeste.

Delfosse disse, ainda, que acompanha com atenção a tramitação, no Congresso, da nova Lei do Gás. Segundo ele, o arcabouço regulatório precisa evoluir, mas a empresa tem a preocupação de que o novo marco garanta segurança jurídica.

“Acreditamos que precisa ser feito [um novo marco regulatório], porque do jeito que está hoje [a regulação] trava a situação da infraestrutura. Mas temos nossas preocupações. Acabamos de fazer uma aquisição de mais de US\$ 8 bilhões”, afirmou, durante evento promovido pela Câmara de Comércio França-Brasil, no Rio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/12/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Carro e Rafael Rosas — Do Rio

Título: ES se articula com Minas para investir em logística

Os governadores do Espírito Santo e de Minas Gerais costuram um plano conjunto para ampliar a integração logística entre os Estados e reforçar as reivindicações de ambos na área de infraestrutura. A parceria é parte de um plano de investimentos mais amplo, a ser financiado em parte com recursos do governo capixaba. Na estimativa do governador Renato Casagrande (PSB), o montante de investimentos do Espírito Santo deve atingir R\$ 1,5 bilhão neste

ano. Outros R\$ 6 bilhões a R\$ 7 bilhões estão garantidos para os próximos três a quatro anos, acrescentou ele.

Um plano de desenvolvimento, capitaneado pelas federações das indústrias capixaba e mineira, está em fase de elaboração. “Dia 17 [de novembro] fui a Minas Gerais, conversei com o governador [Romeu] Zema, conversei com o conselho da federação das indústrias de Minas. Levei o presidente da federação das indústrias do Espírito Santo e nós vamos lançar no dia 17 de fevereiro o plano de desenvolvimento estratégico conjunto do Espírito Santo e de Minas Gerais”, disse Casagrande ao **Valor**.

Embora a agenda de trabalho ainda não esteja definida, o governador do Espírito Santo citou projetos de infraestrutura que considera vitais dentro da parceria com Minas Gerais, como a recuperação da BR-262, rodovia que liga Vitória a Dourados (MS). “O governo [federal] quer fazer a concessão dela junto com a [BR] 381, que liga Belo Horizonte a [Governador] Valadares. Ótimo, se der certo, excelente. Pode ser que não dê certo, porque é uma rodovia cara. Talvez precise de investimento público primeiro”, afirmou Casagrande.

Ele destacou ainda como fundamental a integração da malha ferroviária da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), da Vale, com a da VLI. A VLI detém as ferrovias Norte Sul (FNS) e Centro-Atlântica (FCA). “O Espírito Santo quer ser uma das saídas do Brasil para o mundo e uma das entradas do mundo para o Brasil”, justificou Casagrande.

A estratégia capixaba de investimento, seja em parceria com Minas Gerais, seja isoladamente, passa pela constituição de fundos. Além de um fundo soberano abastecido com recursos de royalties e participações especiais de petróleo que conta com aporte de R\$ 150 milhões, o Espírito Santo criou um voltado para financiar projetos na área de infraestrutura.

A previsão é de que este segundo fundo receba R\$ 1,5 bilhão até 2022 em recursos oriundos de um acordo entre Petrobras e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) que encerrou uma controvérsia relativa a áreas do Parque das Baleias. Desse total, R\$ 900 milhões já foram aportados pela estatal. Um terceiro fundo - privado e gerenciado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - recebeu R\$ 20 milhões, que serão usados como garantia em Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Casagrande destacou que neste ano o governo capixaba terá condições de investir R\$ 1,5 bilhão em infraestrutura, montante que saltará para o total de

algo entre R\$ 6 bilhões e R\$ 7 bilhões nos próximos três a quatro anos. A capacidade de investimento do Estado virou realidade depois de um trabalho - realizado por diferentes administrações - de austeridade fiscal e arrumação das contas públicas.

“O segredo do Estado está na continuidade de políticas que estabeleçam cultura fiscal”, afirmou o governador, que também destacou a importância da atuação do Tribunal de Contas do Estado. “Se eu passo do meu limite, o Tribunal de Contas me alerta.”

Entre as diversas ações realizadas pelos governos capixabas, Casagrande lembrou dos ajustes feitos na Previdência dos servidores estaduais. Neste ano, os três poderes do governo capixaba destinarão em conjunto R\$ 2,5 bilhões para equacionamento do déficit no sistema, destinado ao pagamento das aposentadorias e pensões ligadas a funcionários que ingressaram no serviço público estadual antes de 2004. Naquele ano, quando o governador era Paulo Hartung, houve a separação da Previdência. Os servidores que ingressaram a partir de então passaram a fazer parte de um fundo previdenciário que tem atualmente mais de R\$ 4 bilhões investidos.

O Estado também instituiu, em 2013, a possibilidade de previdência complementar para o servidor que quiser ganhar mais de R\$ 5.800, em valores atuais, depois de se aposentar. Nesses casos, o Estado e o funcionário público contribuem, cada um, com 8,5% dos vencimentos. Além disso, o governo paga 22% dos vencimentos para garantir a aposentadoria normal, até R\$ 5.800, enquanto os servidores descontarão 14% a partir de março. Esse percentual de desconto era de 11% até a aprovação do aumento da alíquota, no mês passado.

O governador lembrou ainda que o Estado trocou a partir de 2013 as dívidas mais caras por outras mais baratas. O Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social (BNDES) foi uma das fontes utilizadas na época, com mais de R\$ 3 bilhões em empréstimos. A taxa média de captação para essa troca de dívida foi de 5,8% ao ano, num período em que a Selic oscilava ao redor de 14% ao ano.

O resultado de todas essas políticas de austeridade fiscal, segundo Casagrande, é visto na fatia de 19% que a dívida representa da receita corrente líquida, o que garante governo capixaba o título de único com gestão “nota A” pelos critérios do Tesouro Nacional. **(Colaborou Cristian Klein)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 12/12/2019****Seção: Opinião****Autor: L. Cortez, J. L. Olivério e J. Goldemberg****Título: Como reduzir o desmatamento da Amazônia**

Existe um certo consenso de que o desmatamento predatório da Amazônia deve cessar, mas não existe consenso algum em como fazê-lo. A presença real do Estado na região amazônica, isto é, legalização das propriedades, monitoramento e fiscalização podem reduzir e até eliminar o desmatamento ilegal e ação de grileiros, mas garantir um desenvolvimento sustentável para os quase 30 milhões de brasileiros que lá vivem é objeto de grandes divergências. É ainda necessário desmatar mais para garantir atividades realmente produtivas?

Extrativismo tradicional e um novo extrativismo usando tecnologias modernas de biotecnologia tem sido propostos, mas são todos projetos a longo prazo. Em contraste, os processos tradicionais em uso na floresta são muito arraigados e dão resultados econômicos imediatos: desmatar, soltar bois no pasto e depois plantar soja. Cerca de 30 milhões de hectares de área no Centro-Oeste do país, principalmente nos Estados de Mato Grosso, Goiás e Tocantins, são usados dessa forma e a área está expandindo como mostram os resultados do INPE para 2019.

Atualmente cada cabeça de gado ocupa cerca de 1 hectare no Brasil. Bastaria aumentar este número de 10% para liberar 20 milhões de hectares de pastos no país, tornando desnecessária novas expansões para maior produção agrícola ou pecuária

Já existem mais de 200 milhões cabeças de gado no país que ocupam cerca de 200 milhões de hectares de áreas desmatadas ou do cerrado da floresta amazônica: uma cabeça de gado por hectare. Como grande exportador de carne estes números tendem a aumentar bem como a plantação de soja, item importantíssimo das exportações brasileiras.

Como reduzir o desmatamento legal e ilegal sem prejudicar esta pujante atividade econômica é o grande problema e não podemos nos iludir em pensar que apenas preocupações ambientais conseguirão fazê-lo.

Há contudo um novo tipo de atividade agropecuária na região Centro-Oeste do país que está indicando um caminho possível a seguir: o adensamento da criação do gado na região amazônica.

Ela se baseia na ampliação da produção de milho na chamada “safrinha” em rotação com a cultura de soja já estabelecida. É o uso duplo da terra não

demandando a expansão para novas áreas agrícolas e, portanto, desmatamento.

O uso do milho para a produção de etanol já foi amplamente testado nos Estados Unidos que produz cerca de 60 bilhões de litros de etanol por ano, o dobro da produção brasileira baseada na cana de açúcar. Nos últimos 20 anos aquele país se tornou o principal produtor mundial de etanol criando um modelo integrado de produção de etanol de milho com o uso dos resíduos (dried distillers grain-DDG) na alimentação de gado. Com isso o etanol de milho, que era muito criticado, inclusive no Brasil, passou a ser competitivo e mostrar vantagens reconhecidas.

A dificuldade logística de transportar o milho para a exportação torna o etanol trazido do Sudeste ou importado dos EUA bastante caro nessas regiões, o que viabiliza a produção de etanol de milho no Centro-Oeste de baixo custo. O resíduo da produção do etanol de milho, o DDG, rico em proteína, é usado como alimento animal, sobretudo na época de seca quando falta alimento para o gado.

A consequência imediata do uso desta proteína é permitir o adensamento do gado. Atualmente cada cabeça de gado ocupa cerca de 1 hectare no Brasil. Bastaria aumentar este número de 10% para liberar 20 milhões de hectares de pastos no país, tornando desnecessária novas expansões para maior produção agrícola ou pecuária.

Já há alguns projetos implantados e a produção de etanol de milho já passou de 1 bilhão de litros em 2019.

A expansão da produção de etanol de milho integrada à pecuária de corte em partes das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste poderia provocar importantes efeitos, tais como valorizar o milho produzido localmente ajudando o agricultor, aumentar a oferta local de etanol combustível com menores preços, permitir a intensificação da pecuária de corte tornando-a mais sustentável, liberar terras para a expansão de culturas alimentares e bioenergéticas, e ajudar a proteger a floresta remanescente.

A meta de dobrar a produção de etanol até 2030 que consta dos planos do **Ministério de Energia** poderá se basear na expansão das plantações da cana de açúcar e no uso do milho com as vantagens colaterais na redução do desmatamento como apontado acima.

Estas novas atividades econômicas com correspondente geração de novos empregos, diminuirão a pressão ambiental pela disponibilização de novas áreas para agricultura e criação de gado podendo se converter num importante

mecanismo de redução de emissões de gases de efeito estufa, ajudando o país a cumprir os compromissos assumidos internacionalmente.

O que é necessário no momento é aprofundar os estudos para expandir o uso deste processo de produção de etanol integrado à intensificação da pecuária, identificar obstáculos à sua implantação e removê-los, dos quais os principais são os seguintes:

Estudo de áreas para implantação de milho nos modelos safra e safrinha (dependente da soja) e culturas florestas energéticas (eucaliptos e outras).

Estudo técnico, econômico e ambiental da integração da produção de milho e etanol com a pecuária de corte e as culturas florestas/energéticas nas regiões centro-oeste e norte do país.

Impacto do uso do complemento proteico para gado de corte, raças utilizadas, densidade da ocupação do solo e produtividade.

Interação com outros programas nacionais existentes como o Renovabio e formulação de políticas e programas que favoreçam projetos de mudança do uso da terra.

Estas ideias têm sido propostas por especialistas de grande experiência no setor e mereceriam uma análise em profundidade pelo governo envolvendo a Embrapa e outros técnicos e cientistas das universidades brasileiras.

Luiz A. Barbosa Cortez foi ministro de Ciência e Tecnologia.

José Luiz Olivério é professor da Unicamp.

José Goldemberg, consultor senior, foi vice-presidente da Dedini Indústrias de Base.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/12/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner — De Brasília

Título: Espanha vê 'falácia' em discurso ambiental

Usar a alta do desmatamento na Amazônia como justificativa contra a ratificação do acordo de livre-comércio União Europeia-Mercosul é um erro, uma “falácia”. A avaliação não parte de um integrante do governo Jair Bolsonaro, mas da principal autoridade espanhola para assuntos comerciais. “Quem estiver realmente preocupado com o ambiente deveria torcer pela entrada em vigência do tratado”, disse ao **Valor** a secretária de Estado de

Comércio da Espanha, Xiana Méndez Bértolo, como representante do país europeu que mais fortemente lutou pelo desfecho positivo das negociações.

Segundo ela, que integra o gabinete do primeiro-ministro Pedro Sánchez (centro-esquerda), nenhum acordo anterior firmado pela UE tem tantas cláusulas sobre desenvolvimento sustentável. Xiana acredita na ratificação do tratado entre o fim de 2021 e o início de 2022. Em visita ao Brasil, reuniu-se com o governador João Doria (PSDB) em São Paulo e esteve ontem com o chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, no Palácio do Planalto. Hoje participa do Encontro Empresarial Brasil-Espanha, no Rio, com autoridades da equipe econômica e do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Leia os principais trechos da entrevista concedida, ontem, na Embaixada da Espanha em Brasília:

Valor: *Como será a ratificação do acordo UE-Mercosul? Afinal, terá que passar pelos Parlametos nacionais ou só Parlamento Europeu?*

Xiana Méndez: Trata-se de um acordo de última geração e bastante abrangente. Como não é puramente comercial, terá que ser ratificado não só pelo Parlamento Europeu, mas também pelos Parlametos nacionais. A Comissão Europeia deu as negociações por encerradas e agora estamos em processo de revisão legal. Em seguida, vem a tradução [para todos os idiomas da UE]. O acordo pode entrar em vigência provisória depois de aprovação pelo Conselho Europeu e pelo Parlamento Europeu, mas depois precisará da ratificação dos Parlametos nacionais para tornar-se definitivo.

Valor: *Inclusive a parte meramente comercial - e não política ou de cooperação - do acordo?*

Xiana: Sim, porque ela não é unicamente comercial. Há um capítulo, por exemplo, sobre comércio e desenvolvimento sustentável.

Valor: *É sempre perigoso falar em cronograma, mas quando poderia ser a entrada em vigência?*

Xiana: Em caráter provisório, mas já surtindo efeitos na parte comercial, levaria de um ano e meio a dois anos. O lógico seria no início de 2022 ou fim de 2021.

Valor: *Os mais resistentes ao acordo são França, Irlanda, Polônia. Mas surpreendeu a moção aprovada pelo Parlamento da Áustria. É um indicativo de resistência crescente ao acordo com o Mercosul?*

Xiana: No caso da Áustria, não é uma negativa ao acordo UE-Mercosul especificamente, mas uma reconsideração da política comercial europeia.

Fizeram a mesma coisa com outros tratados em discussão. Há correntes mais céticas sobre o próprio projeto europeu. Contar com um ano e meio pela frente, para a ratificação do acordo com o Mercosul, nos dá a oportunidade de esfriar os ânimos e ter um debate mais sereno. Precisamos construir uma comunicação baseada em fatos, e não emoções.

Valor: *A sra. se refere às questões ambientais e ao temor europeu com o desmatamento na Amazônia?*

Xiana: Esse debate sobre ambiente é uma falácia. O capítulo sobre desenvolvimento sustentável no acordo com o Mercosul é bastante ambicioso - mais do que qualquer tratado firmado pela UE até hoje. Inauguramos esse tipo de cláusula no acordo que assinamos com a Coreia do Sul em 2011 e temos melhorado a cada acordo, mas esta é a melhor versão já negociada. Inclui o cumprimento efetivo do Acordo de Paris e de compromissos climáticos perante a ONU, cláusulas sobre combate ao desmatamento, promoção do reflorestamento, sobre a participação de comunidades indígenas.

Valor: *E o que acontecerá se essas cláusulas não forem cumpridas?*

Xiana: Em caso de descumprimento manifesto das cláusulas relativas ao Acordo de Paris ou à luta contra o desmatamento, abre-se um procedimento com participação da sociedade civil e de especialistas independentes. E elabora-se um informe. Esse mero relatório já representa um incentivo para que as cláusulas voltem a ser cumpridas. Se o descumprimento for reiterado, significa um descumprimento do acordo comercial em si e pode levar à sua suspensão [com perda das preferências tarifárias].

Valor: *Por que a sra. considera errado o uso do discurso ambiental contra o acordo UE-Mercosul?*

Xiana: A negociação foi concluída em junho. Sinceramente, não acredito que em cinco meses tenha havido uma reversão total das políticas ambientais em qualquer país. O que quero dizer? Que me surpreende os signatários do acordo terem dado aval à conclusão das negociações e, tão pouco tempo depois, essa questão ter surgido como uma ameaça à sua ratificação. Não me parece consistente - por isso a necessidade de um debate sereno. O tratado UE-Mercosul torna mais fortes as obrigações com o Acordo de Paris. Quem estiver realmente preocupado com o ambiente deveria torcer pela entrada em vigência do tratado.

Valor: *Então é protecionismo travestido de preocupação ambiental?*

Xiana: Eu não me atreveria a dizer tanto. As preocupações da França com o ambiente são legítimas. Não tenho dúvida de que o governo francês está

realmente preocupado, mas é necessário reforçar as políticas ambientais implementadas por cada lado.

Valor: *A sra. vê chances de uma não ratificação do acordo pela Argentina de Alberto Fernández?*

Xiana: A Argentina impulsionou muito o acordo, e o novo presidente manifestou-se a favor, há pouco tempo. Ele disse apenas que precisaria conhecê-lo melhor, o que é perfeitamente compreensível. Sua mensagem foi positiva.

Valor: *Quais são suas prioridades, no âmbito bilateral, para as relações Brasil-Espanha?*

Xiana: Queremos impulsioná-las em duas vertentes. A primeira é corrente de comércio. Agora que a economia brasileira começa a decolar, graças a reformas econômicas ambiciosas, queremos aproveitar esse maior dinamismo. Também acontece na Espanha, que cresce acima da média europeia. Podemos aumentar e diversificar nossos fluxos. Não só bens agrícolas, mas também manufaturados.

Valor: *E a segunda vertente?*

Xiana: São os investimentos diretos. A Espanha é a terceira maior fonte de investimentos estrangeiros no Brasil e o Brasil é o terceiro maior destino de investimentos da Espanha. Queremos incrementar a presença das nossas empresas em setores como infraestrutura, energia, telecomunicações, seguros. Há outro fenômeno, das empresas brasileiras em processo de internacionalização, que parou um pouco com o início da recessão aqui, mas desponta novamente. Queremos nos posicionar como plataforma para isso. Somos um país de 47 milhões de habitantes, mas com outros 82 milhões de turistas por ano na Espanha. E uma porta de entrada a 508 milhões consumidores europeus de alto poder aquisitivo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/12/2019

Seção: Internacional

Autor: Daniela Chiaretti — De Madri

Título: Países buscam destravar na CoP negociação sobre mercado de carbono

“Daqui a 30 anos, quando a Europa estiver com sua economia descarbonizada, como o setor produtivo brasileiro estará posicionado num mundo em que ninguém emite carbono?” Esta questão foi levantada pelo economista Jorge

Hargrave, diretor da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, num debate sobre o artigo 6 que regula os mecanismos financeiros no Acordo de Paris.

O artigo 6 é uma das grandes pendências que a CoP (conferência do clima) de Madri precisa resolver. Esse item travou a negociação em 2018, por causa do Brasil. Ele trata dos mecanismos financeiros que devem apoiar a transição da economia. Um deles, o artigo 6.2 regula a transação de emissões de gases-estufa entre países. O artigo 6.4 faz o mesmo entre empresas.

Há diferentes visões de como isso deveria funcionar. E, mais importante, de como se deve contabilizar as emissões. No mercado de créditos de carbono entre países, quem compra tem o direito de abater o volume de CO2 negociado de sua meta climática. Quem vende tem que fazer o contrário, acrescentar o volume à sua meta.

Como contabilizar esse chamado "ajuste correspondente" é um tema complexo e que opõe países.

A União Europeia (UE) teme que exista dupla contagem de carbono, o que seria desastroso para combater a mudança do clima.

O Brasil tem outra visão, mas está isolado desde o ano passado, na CoP da Polônia. As negociações atrasaram tanto que o secretário-geral da ONU, António Guterres, telefonou ao então presidente Michel Temer para que se encontrasse uma solução ao impasse. O tema foi adiado para a CoP 25, de Madri.

Hargrave disse em evento na CoP 25 que, para o governo brasileiro, a negociação tem três vertentes importantes: o artigo 6, os mercados de carbono e o futuro. “A vontade do Brasil é de fechar um acordo. Não queremos deixar isso para o ano que vem, mas não depende só de nós”, disse. São delegações de 190 países. “Os mecanismos de cooperação do artigo 6 são essenciais para o setor privado.”

Ele ressaltou que é preciso garantir, no artigo 6, “segurança jurídica para o setor privado operar”. Também disse que a governança é essencial para o instrumento funcionar adequadamente.

Fabio Cirilo, consultor de Eco-eficiência da Votorantim Cimentos, vê um grande desafio para o setor, que emite muito na produção, nessa transição ao baixo carbono. “Estamos cercados por cimento e concreto. A estimativa é que, com o crescimento da população, teremos que construir o equivalente a uma cidade como Paris por semana”, ilustrou.

O setor de cimento busca soluções de maior eficiência energética, de precificação de carbono e até mecanismos financeiros com empréstimos a juros mais baixos para empresas que reduzem mais emissões. “Para nós, carbono é questão de competitividade”, afirmou.

“A visão do Ministério da Economia é de como o Brasil pode aproveitar mudança do clima como oportunidade”, disse Cirilo num painel da Cebds, entidade que reúne os 60 maiores grupos empresariais do Brasil. “Nos últimos anos o Brasil tem tido um olhar defensivo sobre mudança do clima. Mas o futuro está dado. É um futuro sem carbono, de baixa emissão, de alta eletromobilidade e produtos bio.”

“Este é o futuro e não adianta brigar contra. Temos ver como a gente se adapta, como podemos transformar o setor produtivo brasileiro”, disse. “A boa notícia é que o Brasil está bem posicionado para chegar lá. Temos matriz limpa, queremos monetizar a floresta. É um ponto de início muito bom.”

Ele deu o exemplo da produção de um tênis no Brasil, que embute menos carbono do que um tênis feito na China, que usa mais carvão na matriz energética. “Temos que trabalhar nessa comunicação.”

Para Cirilo, a Convenção do Clima não dará conta de tudo. Por isso, alguns países, como os da UE, acenam com ajustes de carbono na fronteira. “Se a produção brasileira for menor em carbono que a da China, para o Brasil isso pode ser potencialmente bom.”

A jornalista viajou à CoP 25 a convite do Instituto Clima e Sociedade (iCS)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/12/2019

Seção: Espaço aberto

Autor: Mônica Scaramuzzo

Título: Estrangeiros injetam R\$ 161 bi em aquisições no País

Transações de fusões e aquisições atingiram R\$ 275,8 bilhões até novembro, superando o ano de 2018, segundo a consultoria TTR

As operações de fusões e aquisições atingiram até novembro um total de R\$ 275,8 bilhões, um valor recorde, superando em quase R\$ 90 bilhões o movimentado durante todo ano passado: R\$ 188,7 bilhões, de acordo com a consultoria TTR Transactional Track Record. Até novembro, foram mapeadas 1.217 transações, 10,2% acima de 2018. Os grupos estrangeiros responderam por quase 60% dos negócios, ou R\$ 161,3 bilhões, com 281 operações fechadas. Wagner Rodrigues, diretor responsável pelo levantamento da TTR, diz que os

valores computados até novembro foram “inflados” pela Petrobrás, que arrematou no leilão do pré-sal, no início do mês passado, duas das quatro áreas do bloco de Búzios, da Bacia de Santos, por R\$ 68 bilhões. Mesmo assim, se excluído este negócio, a marca é recorde em valor na série histórica da consultoria, batendo o desempenho de 2018, até então a melhor marca.

A estatal brasileira foi a protagonista este ano das operações de fusões e aquisições no mercado tanto do lado comprador quanto do vendedor. Em abril, a Petrobrás vendeu o gasoduto TAG para a francesa Engie, por US\$ 8,6 bilhões. Foi o maior negócio fechado por um grupo estrangeiro em 2019. No ano passado, as transações lideradas por estrangeiros somaram R\$ 85 bilhões. No início de novembro, a petroleira também se desfez da Liquigás, divisão de gás de cozinha, por R\$ 3,7 bilhões. A empresa foi adquirida por um consórcio liderado pela brasileira Copagaz – Itaúsa e Nacional Gás também participaram. Multinacionais americanas, após três anos consecutivos de queda de investimentos no País, voltaram a aumentar seu interesse em ativos brasileiros. De janeiro a novembro, elevaram em 6% o volume de transações, com 112 negócios registrados.

As empresas dos Estados Unidos investiram cerca de R\$ 15 bilhões em aquisições no Brasil, com a maior parte deste investimento direcionado para as empresas locais que atuam no segmento de tecnologia e internet. Até o fim de novembro deste ano, o setor tecnologia se afirma como o grande líder em número de transações com 302 negócios registrados, o que representa um crescimento de 31% em relação ao mesmo período do ano passado. O setor financeiro aparece como o segundo mais ativo com 181 transações, alta de 21%. A aprovação da reforma da Previdência e o crescimento da economia devem impulsionar os negócios no País. Se no mercado de capitais a participação do investidor estrangeiro foi mais tímida, as transações de fusões e aquisições seguirão firmes.

Para Bruno Fontana, chefe da área de banco de investimento do banco Credit Suisse, o crescimento do PIB, acima do esperado, deverá estimular o mercado fusões e aquisições nos próximos meses. “O investidor estratégico tem uma visão de longo prazo. Oscilações de câmbio, por exemplo, têm um impacto menos relevante nas análises de retorno no longo prazo”, diz. O PIB mais robusto que o esperado, segundo Fontana, reforça a perspectiva de mais negócios envolvendo ativos brasileiros. O Credit Suisse prevê um crescimento do PIB de 2,5% em 2020. Incertezas. Depois de um 2018 permeado por incertezas provocadas pela corrida eleitoral e um cenário político ainda incerto nos últimos meses, o ambiente voltou a ficar mais favorável para fechar operações de fusões e aquisições no Brasil, afirma Daniel Wainstein, presidente da Greenhill no Brasil, uma das maiores boutiques globais de M&As.

O banco de investimento assessorou importantes negócios, como a venda das participações do IFC e do fundo Victoria para o Itaú da plataforma de crédito estudantil Pravalor, a corretora Ouroinvest para o BTG e a venda da Nextel. Para Wainstein, a desvalorização do real afugentou investidores financeiros, mas esse cenário deve mudar. “O Brasil está barato e a economia vai voltar a crescer. As pessoas podem até não gostar da agenda moral do presidente Bolsonaro, mas a equipe econômica agrada ao mercado financeiro e investidores. O risco, segundo ele, poderá no fim do ano que vem, quando começará a se traçar cenários para a corrida eleitoral para 2022. “A depender dos candidatos, se um nome da esquerda ganhar força, o câmbio poderá ficar mais volátil e isso poderá voltar a travar negócios.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/12/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: » Energia limpa.

Coluna do Broadcast

A represa Billings receberá a primeira usina fotovoltaica flutuante da capital paulista. Resultado de uma parceria entre a Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE) e a Sunlution Soluções em Energia, o projeto terá 100 KW de capacidade e deve ocupar uma área de mil metros quadrados do reservatório. A montagem da estrutura começa em janeiro e a previsão inicial é de que os equipamentos funcionem em fase de testes durante 90 dias. A energia gerada deve alimentar um dos escritórios da estatal paulista.

» Ampliação. A intenção inicial da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo com a iniciativa é avaliar a viabilidade dessa solução energética para a região. Caso o desempenho do projeto seja positivo, a EMAE deverá abrir uma chamada pública para implantar usinas fotovoltaicas flutuantes maiores tanto na própria represa Billings como na Guarapiranga.

» Precursora. A EMAE não é a primeira empresa a desenvolver usinas solares flutuantes nos reservatórios de hidrelétricas. Empresas como Cesp e Eletrobrás já realizaram projetos em algumas de suas usinas e, em agosto, a Chesf inaugurou instalação semelhante na hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia.

POR FERNANDA GUIMARÃES; LUCIANA COLLET; ALINE BRONZATI E CYNTHIA DECLOEDT

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 12/12/2019**Seção:** Opinião**Autor:** Maria Hermínia Tavares**Título:** No pior dos mundos

Pesquisadora do Cebrap e professora aposentada da USP Escreve às quintas

Com o lema “Hora da ação”, a 25a Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Mudança Climática (COP-25), que acaba amanhã em Madri, se reuniu sob pressão do agravamento dramático da crise ambiental.

Cientistas do clima preveem que, para manter as coisas sob controle, é preciso que o aumento da temperatura da Terra fique em torno de 2°C. nas próximas décadas, ponto além do qual o planeta ficaria exposto a gigantescas catástrofes naturais.

Em documento recente, afirmam que, para preveni-las, já não bastariam as metas de redução das emissões de carbono na atmosfera, definidas por cada país signatário do Acordo de Paris, em 2015. Será preciso um esforço mundial de mudança nas formas e usos de energia, buscando estilos de crescimento econômico que reduzam ao mínimo a utilização de combustíveis fósseis — petróleo, gás natural e carvão — em que se baseia nosso modo de vida.

Em Madri, a discussão passou por definir regras do mercado de créditos de carbono, bem como a distribuição das responsabilidades e custos da proteção ambiental. Se a questão é complicada no âmbito da negociação multilateral, é ainda mais difícil dentro de cada país.

A proteção ambiental —e a reconversão econômica que deve acompanhá-la— tem custos presentes importantes e resultados que, por ocorrerem no futuro, são imponderáveis. As medidas necessárias podem penalizar hoje amplos setores da sociedade, a exemplo dos usuários de veículos movidos a gasolina ou diesel, quando governos optam por taxar combustíveis fósseis; ou as atividades agrícolas quando limitam o uso de agrotóxicos ou criam zonas de proteção interditadas à lavoura ou à pecuária.

Não surpreende, pois, que a agenda ambiental tenda a dar pouco voto. Partidos verdes não são propriamente campeões eleitorais —salvo em alguns países da União Europeia onde aumentou de forma expressiva a presença ambientalista no Legislativo.

No Brasil, da extrema direita à esquerda, os partidos —com exceção da Rede— se mantêm alheios ao debate sobre nosso futuro comum. No último congresso

do PT, o tema fez uma aparição fugaz: foi mencionado, com reveladora economia de palavras, em apenas uma das nove teses apresentadas. O assunto tampouco ocupa espaço nas manifestações de seus líderes.

Os muitos avanços obtidos no país se deveram a governos que tiveram o mérito de entregar a política ambiental a uma coalizão informal de ecologistas e pesquisadores. Agora, com um governo de extrema direita que tem horror à ciência, persegue organizações ambientalistas e desdenha da gravidade da crise climática, ficamos no pior dos mundos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 12/12/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDOÑEZ

Título: Petrobras estuda criar termelétrica e fábrica no Comperj

Presidente da estatal diz que plano para geradora e unidade de lubrificantes está sob avaliação

A Petrobras estuda construir uma termelétrica e uma fábrica de lubrificantes no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, na região metropolitana do Rio. A informação foi dada ontem pelo presidente da estatal, Roberto Castello Branco, em conversa com jornalistas. Ele afirmou que a área do Comperj — que virou um dos símbolos da corrupção na Petrobras descoberta pela Lava-Jato ao se mostrar superfaturado e inviável economicamente — poderá se tornar um polo de geração de energia tendo como matéria-prima o gás natural do pré-sal.

Castello Branco informou que a estatal assinou um acordo com a petroleira Equinor para desenvolver estudos de viabilidade da termelétrica, mas ainda não há detalhes como a capacidade de geração. Ele afirmou que o projeto não é contraditório ao plano da Petrobras de vender negócios para focar na exploração de petróleo porque seria uma oportunidade de baixo custo para utilizar o gás do pré-sal.

Olav Skalmaraas, vice-presidente de Midstream e Infraestrutura da Equinor Brasil, disse ao GLOBO que a cooperação com a Petrobras visa ao desenvolvimento de vários possíveis negócios na área de gás.

Atualmente, a Petrobras está construindo no Comperj a Unidade de Processamento de Gás (UPGN), que vai processar gás natural do pré-sal, além de redes de gasodutos, com investimento de US\$ 4 bilhões e 7.500 operários. Novos projetos poderão aumentar os empregos. A estatal revelou que estudos junto com a chinesa CNPC consideraram inviável a construção de uma refinaria.

SAÍDA DA BRASKEM

Castello Branco disse que a Petrobras quer vender sua participação de 36% no capital da petroquímica Braskem até o fim de 2020. Ele contou que negocia com a Odebrecht, sócia controladora da Braskem que está em recuperação judicial, a unificação de classes das ações da petroquímica para facilitar uma oferta de ações na Bolsa, semelhante à que privatizou a BR Distribuidora. E criticou o plano da empreiteira de vender sua parte na Braskem em três anos:

— Falar em vender em 36 meses é conversa de quem não quer vender.

VEÍCULO: O Globo

Data: 12/12/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Desafeição pela cultura

O querido Teatro Rival, abandonado pela Petrobras num governo que não tem apreço pela cultura, foi adotado pela Refit, o novo nome da refinaria Manguinhos.

Em tempo...

Roberto Castello Branco, presidente da Petrobras, justificou a suspensão do apoio a vários projetos culturais sob o argumento de que o foco de suporte da estatal seria outro: ajudar programas para a primeira infância. Em agosto, a Petrobras anunciou investimentos nesse setor de R\$ 20 milhões pelos próximos três anos.

Só que...

Esse dinheiro para educação é muito pouco, até agora, para uma empresa do tamanho da Petrobras.

A Fundação Bradesco, por exemplo, investiu este ano R\$ 650 milhões em educação.

MME / ASCOM .